

**UMA PROPOSTA PARA COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**

CECILIA ALVES DA SILVA ANTERO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

VALDIR ROQUE DALLABRIDA

DANIELA LEANDRO REZENDE

UMA PROPOSTA PARA COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

1. INTRODUÇÃO

As aglomerações de empresas tem sido objeto de análise a partir de diferentes óticas, com destaque a suas contribuições para o desenvolvimento. Essas aglomerações recebem diferentes denominações como: distrito industrial inglês (MARSHALL, 1982), distrito industrial italiano (BECATTINI, 1994), *cluster* (PORTER, 1988; SCHMITZ, 1997) e *milieux innovateur* francês (AYDALOT, 1986). No Brasil, tais aglomerações são identificadas como arranjos produtivos locais (APLs) (LASTRES; CASSIOLATO, 2003) e Sistemas Locais de Produção e Inovação (SLPI) (SUZIGAN *et al.*, 2003). Parte-se do entendimento de Lastres e Cassiolato (2003) para definir os APLs como aglomerações territoriais de atores econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos, mesmo que incipientes.

As contribuições para o desenvolvimento das empresas podem ser justificadas por sua presença no APL, pois essas empresas obtêm benefícios relativos à especialização produtiva, à articulação, à interação e à aprendizagem, cooperação que gera sinergia para obtenção de vantagens competitivas e o compartilhamento de conhecimento que proporciona inovação (SCHMITZ, 1997). Destaca-se ainda que os APLs influenciam o desenvolvimento de seu território (DALLABRIDA, 2015), pois são mecanismos indutores de desenvolvimento pela elevação do número de emprego e renda. Somado a isso, os APLs também são considerados uma estratégia de atuação coletiva das empresas, implicando no aumento da exportação, do desenvolvimento tecnológico e da obtenção do apoio de diversas entidades (GARONE *et al.*, 2015; ZAMBRANA; TEIXEIRA, 2016).

O reconhecimento das contribuições dos APLs para o desenvolvimento é feito tanto por acadêmicos como por formuladores de políticas públicas (BRASIL, 2004; CASTRO; GONÇALVES, 2014). Entretanto, ambos enfatizam a necessidade de identificar alternativas para otimizar a organização e condução de ações em prol do desenvolvimento, em função de desafios inerentes aos APLs como cooperação incipiente, vínculos frágeis participação incipiente das empresas nas decisões falta de comprometimento desconfiança, falta de interação e conflitos de interesses (ANTERO, 2015; ANTERO; EMMENDOERFER, 2018).

Sabe-se que desenvolver políticas públicas para apoiar o desenvolvimento dos APLs tornou-se uma alternativa para otimizar a atuação do governo, pois ao fomentar o desenvolvimento dos APLs, esse governo tende a promover o desenvolvimento de seu território (BRASIL, 2004). Entretanto, sobre tais políticas, é mister mencionar que apesar dos efeitos e impactos positivos no desenvolvimento dos municípios pertencentes a APLs (ANTERO; EMMENDOERFER, 2018; GARONE *et al.*, 2015) melhores resultados podem ser obtidos ao envolver os atores do APLs, principalmente na fase de elaboração.

Assim, pretende-se contribuir para o campo de estudos sobre a temática ao oferecer entendimentos sobre a representação dos APLs, utilizando-se da Teoria da Representação Política. Assume-se como objetivo, compreender a representação política de APLs.

Com a realização desse estudo serão ofertados entendimentos sobre representação política dos APLs, o que consiste numa contribuição teórica e prática, pois além de somar esforços aos estudos já desenvolvidos sobre as novas modalidades de representação para além do contexto eleitoral, serão oferecidos entendimentos sobre possibilidades para que o exercício dessa representação seja aprimorando e possa contribuir para o desenvolvimento do APL, tendo em vista o aperfeiçoamento das relações entre a Estado e esse tipo de aglomeração de empresas quando considera-se, principalmente, a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Representar é um processo político (ROSANVALLON, 2009; SAWARD, 2009; URBINATI, 2006). A representação política é um termo complexo e polissêmico. As diferentes definições são influenciadas por tais características e percebe-se uma variedade de posicionamentos dentre os autores que estudam a temática (ALMEIDA, 2013).

Nas últimas décadas, o conceito de representação política ganhou centralidade na teoria política em função das transformações nas relações entre Estado e sociedade. As discussões sobre a temática podem ser organizadas em dois grandes debates: o tradicional, estudos sobre partidos, parlamentos e eleições; e o contemporâneo, estudos sobre as diferentes perspectivas para tratar das transformações da representação política tanto do ponto de vista das instituições tradicionais quanto das novas instituições e práticas dessa representação.

Ao considerar os temas analisados, percebe-se que apesar do grande número de estudos sobre governo representativo e lógica da representação nas esferas do Estado, alguns esforços vêm sendo feitos para abordar sobre (i) o papel representativo dos atores sociais (AVRITZER, 2007; SAWARD, 2009; URBINATI; WARREN, 2008); (ii) as experiências de inovação institucional para a participação no desenho e na gestão de políticas (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; LÜCHMANN, 2007) e (iii) os adjetivos usados para denotar diferentes aspectos e dimensões da representação política (DRYZEK; NIEMEYER, 2008; MANSBRIDGE, 2003).

As discussões sobre representação política, a saber: (i) teorias que possibilitem a discussão sobre representação política não eleitoral; (ii) análise sistemática sobre as diferentes possibilidades de representação política no contexto nacional e internacional; (iii) relações entre os representados, entre os representantes, e entre representantes e representados; (iv) papel do representado e (v) substância da representação estão ineridas no debate contemporâneo.

Alguns estudos são evidenciados por suas contribuições para uma temática específica na representação política, quais sejam: discussões sobre a definição da representação e sua legitimidade (ALMEIDA, 2014), o sentido da representação política (SOUZA, 2004), uma sumarização dos estudos sobre representação política das instituições participativas (SILVA, 2013), os elementos centrais da representação política (ALMEIDA, 2018) e as principais conceituações sobre representação política na literatura recente (TEIXEIRA, 2016).

Sabe-se que a representação política pode ser classificada a partir de duas dimensões: representação política eleitoral e representação política não eleitoral, sendo que a primeira se insere no modelo formalista de representação, e a segunda, não; por esse motivo, permite envolver as modalidades de representação política que ocorrem para além do contexto eleitoral.

Sobre os componentes da representação política, entende-se que eles podem ser organizados a partir de (i) elementos principais: autorização, *accountability* e responsividade e (ii) elementos secundários: representado, representante, ação política, substância da representação, *locus* da representação, relação entre representados, relação entre representantes, relação entre representantes e representados, tipos de representação.

Sabe-se que as discussões sobre autorização têm como fonte principal a obra de Hobbes. Para esse autor, a autorização consiste em instituir o direito de representar a um determinado ator. Outra autora considerada referência nos debates é Pitkin (1967), que em seu principal livro sobre representação afirma que um representante é alguém que recebe autorização para agir por outro, a quem fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. Ainda pode-se citar o estudo de Manin (1997) como uma obra basilar da representação, no contexto do governo representativo. Esse autor, assim como Hobbes (1651), entende que autorização implica em dar consentimento a outrem para atuar em seu nome.

Há um consenso quanto ao entendimento de que há a necessidade de obtenção da autorização para o efetivo exercício da representação política. Essa obtenção ocorre no

momento de identificação dos representantes (MIGUEL, 2003; URBINATI; WARREN, 2008). Sobre a aplicação da autorização, apesar de reconhecer sua importância no processo de representação política, sabe-se que há a necessidade de envolver outros elementos para compreender adequadamente esse fenômeno (URBINATI, 2006; YOUNG, 2000).

Importante destacar que no modelo eleitoral, a autorização é obtida por meio da eleição. No modelo não eleitoral, os representantes não estão isentos de buscar a autorização de seus representados (ALMEIDA, 2013). A associação (entrada como sócio) (CASTIGLIONE; WARREN, 2006), autoautorização (LUCHMAN, 2011; URBINATI E WARREN, 2008), autorização do Estado (BROWN, 2006), semelhança com características dos membros (CASTIGLIONE; WARREN, 2006), convergência com a missão (CASTIGLIONE; WARREN, 2006), são as diferentes formas de obter autorização aqui destacadas.

E em relação à *accountability*, sabe-se discussões sobre a temática tornaram-se expressivas em função ausência de similaridade entre representantes e representados (MIGUEL, 2011). Para O'Donnell (1991) o entendimento de *accountability* gira em torno da responsabilidade que o representante tem de prestar contas de suas ações e decisões aos representados. Já Raupp e Pinho (2011) a *accountability* refere-se à existência da relação entre o Estado e a sociedade, especificamente entre os constituintes (representados) e governantes (representantes), a delegação de responsabilidade, a obrigação de prestação de contas e o exercício do controle político.

Manin (1997) destaca que *accountability* trata-se de procedimentos de prestação de contas, de sanção e controle, exercidos pela população sobre as decisões de seus governantes. Para Przeworski, Stokes e Manin (1999) *accountability* refere-se à prestação de contas e sanção. E, segundo Miguel (2005), o termo faz referência às capacidades que os constituintes (representados) têm de supervisionar e impor sanções aos seus governantes (representantes).

Os elementos utilizados para compreender a *accountability* são prestação de contas (CASTIGLIONE; WARREN, 2006; MANIN, 1997; MIGUEL, 2005; PRZEWORSKI, STOKES; MANIN, 1999; RAUPP; PINHO, 2011), controle (FILGUEIRAS, 2011; LAVALLE, HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; MANIN, 1997; RAUPP; PINHO, 2011) e sanção (LAVALLE, HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; MANIN, 1997; MANSBRIDGE, 2003; MIGUEL, 2005; MIGUEL, 2005; PRZEWORSKI, STOKES; MANIN, 1999; WEISBAND; EBRAHIM, 2007). Pode-se destacar, ainda, os elementos: *answerability* (CALLAHAN, 2006); *compliance* (WEISBAND; EBRAHIM, 2007), comunicação (MIGUEL, 2005), participação (RAUPP; PINHO, 2011), publicidade (DRYZEK; NIEMEYER, 2008) e transparência (RAUPP; PINHO, 2011).

No que tange a responsividade, para Miguel (2005) esse elemento se refere ao grau de sensibilidade dos representantes em relação à vontade dos representados. Achen (1978) afirma que a responsividade ocorre quando as decisões dos cidadãos influenciam as ações dos representantes. Já Powell (2004) acredita que a responsividade ocorre quando os governantes (representantes) elaboram e implementam políticas públicas que os cidadãos (representados) desejam. A existência de responsividade é condicionada pela presença de arranjos institucionalizados e, acima de tudo as eleições, conectando representantes e representados. E Page e Shapiro (1983), por sua vez, entendem que a responsividade refere-se à correspondência entre a preferências e o comportamento de políticos e eleitores.

As subcategorias utilizadas para compreender a responsividade são: a opinião pública, que corresponde às demandas e preferências dos constituintes (cidadãos ou representados); e os dados de política, que corresponde ao resultado das ações e decisões dos representantes, dito de outra forma, são as políticas públicas implementadas (ACHEN; 1978; PAGE; SHAPIRO, 1983; OTERO-FELIPE; RODRÍGUEZ-ZEPEDA, 2010).

Já Powell (2004), por entender a responsividade como um processo, afirma que sua compreensão é facilitada pela observação dos estágios e elos que compõem a cadeia de

responsividade. Essa cadeia é composta por quatro estágios: (I) identificação das preferências dos cidadãos; (II) identificação do comportamento de votação dos cidadãos; (III) seleção dos *policy makers* (resultados eleitorais, formação do governo) e (IV) identificação de políticas públicas elaboradas e implementadas (resultados da ação dos governantes). E ainda por três elos: (i) estruturação das escolhas dos cidadãos, que liga os estágios II e III; (ii) agregação institucional, que liga os estágios II e III e (iii) elaboração de políticas, que liga os estágios III e IV. Para Miguel (2005), a responsividade deve ser compreendida por meio da análise da similitude, fazendo referência à correspondência de características entre representantes e representados. Quanto maior a similitude entre eles, maior a responsividade.

E sobre os elementos secundários, conforme entendimento de Pitkin (1967, 2006), o representado é aquele que escolhe alguém para atuar em seu nome, o representante é aquele que recebe a função de atuar em nome de outrem, a ação política é o trabalho que o representante deve fazer e a substância da representação consiste no que é representado. Por sua vez, o *locus* da representação refere-se ao espaço, ao local ou mesmo ao território em que ocorre a representação política. Já as relações entre representados, entre representantes e entre representados são observadas por meio das diferentes formas de participação, da atuação e do tipo de representação exercido, respectivamente (PITKIN, 1967, 2006).

E, por fim, entre os tipos de Representação Política, citam-se: representação formal, substantiva, descritiva e simbólica (PITKIN, 1967, 2006), representação promissória, antecipatória, giroscópica e substituta (MANSBRIDGE, 2003), representação de demandas (SAWARD, 2006), representação virtual ou presuntiva (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006), representação por afinidade (AVRITZER, 2007), representação discursiva (DRYZEK; NIEMEYER, 2008) e representação autoautorizada (URBINATI; WARREN, 2008). Podem ainda ser identificados subtipos considerando, principalmente, representação descritiva: sub-representação (representação política que está aquém da média) e sobre representação (representação política que está além da média).

Os entendimentos expostos, sobre os elementos principais e secundários da representação política, serviram de base para identificar as categorias e subcategorias de análise, conforme Quadro 1, que proporcionam compreensão sobre o tema e possibilitam a adaptação ao contexto que se pretende investigar.

Quadro 1 – Elementos principais e secundários da representação política

Categorias	Subcategorias	Base Teórica
Ação política		Pitkin (1967, 2006)
<i>Locus</i> da representação		Pitkin (1967), Silva (2013) e Souza (2004)
Representado		Gussi (2009) e Pitkin (1967)
Substância da representação		Gussi (2009) e Pitkin (1967)
Tipo de Representação	Descritiva	Pitkin (1967, 2006)
	Substantiva	Pitkin (1967, 2006)
	Por afinidade	Avritzer (2007)
	Virtual ou Presuntiva	Lavalle, Houtzager e Castello (2006)
	Autoautorizada	Luchman (2011) e Urbinati e Warren (2008)
Autorização	Associação (entrada como sócio)	Castiglione e Warren (2006)
	Autoautorização	Luchman (2011) e Urbinati e Warren (2008)
	Autorização do Estado	Brown (2006)
	Eleição	Brown (2006)
	Características dos membros	Castiglione e Warren (2006)
	Convergência com a missão	Castiglione e Warren (2006)
<i>Accountability</i>	<i>Answerability</i>	Callahan (2006)
	<i>Compliance</i>	Weisband e Ebrahim (2007)

	Comunicação	Miguel (2005)
	Publicidade	Dryzek e Niemeyer (2008)
	Transparência	Raupp e Pinho (2011)
	Prestação de Contas	Castiglione e Warren (2006) e Przeworski, Stokes e Manin (1999)
	Sanção	Przeworski, Stokes e Manin (1999)
Responsividade	Demanda dos representados	Achen (1978), Miguel (2005), Page e Shapiro (1983) e Powell (2004)
	Ações implementadas pelos representantes	
	Relação entre representantes e representados	

Fonte: Elaboração própria

Acredita-se que partindo dos entendimentos e elementos identificados tem-se condições de compreender a representação política de APLs. Entretanto, é importante destacar que tal compreensão só será possível caso sejam identificados, no contexto dos APLs, organização institucionalmente reconhecidas pelo Estado como capazes de exercer dessa representação. Assim, entende-se que esse tipo de análise pode se empreendida nos conselhos gestores de políticas públicas pertencentes a APLs que, conforme definição do Estado, tem a função de participar do processo de elaboração de políticas públicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar a compreensão necessária quanto à representação política, optou-se pela revisão sistemática integrativa (RSI), uma forma de revisão de literatura utilizada na construção de um referencial teórico (CONSONI, 2016; KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). Para tanto, foram observadas as seguintes etapas: (i) identificar o objetivo da RSI; (ii) identificar questão de pesquisa da RSI; (iii) definir *strings* (palavras-chave); (iv) definir bases de dados; (v) definir estratégias de busca; (vi) definir critérios de seleção; (vii) realizar a análise e apresentação dos resultados; e (viii) apresentar as conclusões (CONSONI, 2016).

O objetivo dessa RSI foi identificar trabalhos que discutam sobre representação política para responder à seguinte questão: Como compreender a representação política dos APLs? Para tanto, definiu-se que as buscas seriam realizadas a partir do *string* “representação política”, nas bases da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); Scopus; *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL); e *Web of Science* (WOS), nas quais empregou-se três estratégias de busca: a utilização de aspas (“ ”) para que o *string* aparecesse na forma composta correta; a seleção de artigos e teses; e a não definição de período de tempo das publicações. Como critério de seleção optou-se por trabalhos que tivessem como objetivo investigar a representação política e trabalhos *free access*.

Na etapa de análise e apresentação dos resultados, realizou-se análise descritiva (categorização dos textos) e análise de conteúdo (BARDIN, 2009), com suporte do *software* IRaMuTeq® (RATINAUD, 2009; RATINAUD; MARCHAND, 2012).

A confirmação da convergência dos trabalhos identificados com esse estudo e inclusão no *corpus* de análise foi realizada na fase de pré-análise, a partir da leitura dos resumos. Na codificação, optou-se por selecionar o resumo e referencial teórico dos trabalhos. Por fim, o tratamento dos resultados foi realizado, com apoio do *software* IRaMuTeq®, por meio de análises estatísticas e da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (Teste Qui-quadrado).

Utilizou-se a seguinte linha de comando monotemática: **** *texto_01 *base_01 *ano_01 *area_01 *subarea_01 *periodico_01 *autor_01. As variáveis selecionadas, *texto_ *base_ *ano_ *area_ *subarea_ *periodico_ *autor_, variando de 01 a 121, de 01 a 05, de 01 a

19, de 01 a 07, de 01 a 24, de 01 a 81 e de 01 a 101, de forma respectiva.

O resultado da análise do *corpus*, com suporte do *software* IRaMuTeq®, vide seção 2, é resultado da seleção conforme nível de associação da variável * texto_ com a classe, identificado pela análise do teste Qui-Quadrado. Tal variável permite identificar, especificamente, sua associação do texto com a classe, demonstrando os textos que apresentam mais contribuições para a compreensão do tema. No Quadro 2 apresentam-se os quatro textos que apresentaram maior nível de associação com cada classe.

Quadro 2 – Relação de textos resultantes da RSI

Autor	Ano	Título	Periódico/PPG
Adrian Gurza Lavalle Graziela Castello	2008	Sociedade civil, representação e a dupla face da <i>accountability</i> : cidade do México e São Paulo.	Caderno CRH
Caio Márcio de Brito Ávila	2009	Recall – a revogação do mandato político pelos eleitores: uma proposta para o sistema jurídico brasileiro.	PPG Direito USP
Carla Araújo	2005	Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.	Revista de Sociologia e Política
Chantal Maillé	2015	<i>Feminist interventions in political representation in the united states and canada: training programs and legal quotas.</i>	European Journal of American Studies
Cicero Araujo	2006	Representação, retrato e dram.	Lua Nova
Cosma Ribeiro de Almeida	2017	As experiências do feminino na política: percepções e atuações de prefeitas paraibanas.	PPG Ciências Sociais UFCG
Debora Rezende de Almeida	2014	Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil.	Opinião Pública
Debora Rezende de Almeida	2014	Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea.	Revista de Sociologia e Política
Debora Rezende de Almeida	2018	Representação política: a virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia.	Revista Brasileira de Ciências Sociais
Diane Sainsbury	2004	<i>Women's political representation in sweden: discursive politics and institutional presence.</i>	Scandinavian Political Studies
Eduardo Moreira da Silva	2013	As ressignificações da representação e da legitimidade política: um estudo sobre representantes no CEDCA-MG.	PPG Ciência Política UFMG
Evandro Herrera Bertone Gussi	2009	A representação política.	PPG Direito USP
Lígia Helena Hahn Lüchmann	2007	A representação no interior das experiências de participação.	Lua Nova
Luiza Reis Teixeira	2016	Legislativos municipais: tensões entre representação e participação.	PPG Administração FGV SP
Pitkin	2006		Lua Nova
Sânzia Maria de Souza	2004	A representação política e a prática do orçamento participativo: uma análise psicossociológica.	PPG Sociologia UFPE

Fonte: Dados da pesquisa

Além dos textos identificados pela RSI, foram utilizados ainda os textos de Hobbes (1651) e Pitkin (1967), em função de suas contribuições para a compreensão da representação.

4. DISCUSSÃO

4.1. Categorização

A categorização dos textos possibilitou organizá-los e construir o perfil dos estudos sobre representação política. Aqui, opta-se por expor as informações sobre os cinco primeiros colocados em cada classificação, quando for necessário.

Quando se considera a área de conhecimento, percebeu-se que grande parte dos estudos, (88) sobre representação política insere-se na área de Ciências Humanas, seguida por Ciências Sociais Aplicadas (13), Ciências da Saúde (3), Linguística, Letras e Artes (3) e Ciências Exatas e da Terra (1). As publicações por área de conhecimento podem ser detalhadas a partir das publicações identificadas nas subáreas. Percebeu-se que (i) Ciência Política, (ii) Interdisciplinar, (iii) Gênero, História e Sociologia, (iv) Ciências Sociais e (v) Multidisciplinar apresentaram 38, 30, seis, cinco e quatro publicações, respectivamente.

Sobre a origem das publicações, optou-se por considerar a base, o programa de pós-graduação (PPG), como origem das teses publicadas, e os periódicos, como dos artigos. Observou-se que as publicações por base se distribuem da seguinte forma: Scielo (52), WOS (31), SCOPUS (20), BDTD (16) e Spell (2). Contatou-se que dos 16 PPGs onde foram identificadas publicações destacam-se PPG Sociologia UFPE, PPG Ciências Sociais UFCG e PPG Direito USP com três publicações cada. E dentre os 105 periódicos, (i) Revista Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política, (ii) Lua Nova, (iii) Opinião Pública, (vi) Caderno CRH, Estudos Feministas e Public Choice e (v) Katálysis, Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, American Journal of Political Science, Dados –Revista de Ciências Sociais, Raisons politiques, Revista Brasileira de Ciência Política e The Journal of Politics com oito, sete, cinco, três e duas publicações, respectivamente. Quanto os periódicos, ainda foi possível identificar seus países sede: Brasil (53), EUA (16), Colombia (5), Espanha e Reino Unido (4) e França (3).

Nos estudos sobre representação política, percebeu-se a predominância dos estudos teóricos (57,85%) inseridos na abordagem qualitativa (81,82%). Na maioria desses estudos, não foram utilizados métodos para conduzir a investigação. Somente em quatro trabalhos identificou-se a opção por métodos como etnografia e ou a abordagem diacrônica. Quanto às técnicas, em 57,85% (70 trabalhos) realizou-se a pesquisa bibliográfica, sendo que nos demais utilizou-se entrevista (21), pesquisa documental (6), questionário (3), técnica de associação livre de palavras (TALP) (2) e survey (1) para a coleta dos dados secundários (23), primários (21) e primários /secundários (7).

As técnicas mais empregadas para a análise desses dados foram análise de conteúdo (12), análise de regressão (6), análise exploratória de dados (5), análise de conteúdo + análise exploratória de dados (3) e análise exploratória de dados + análise de regressão (2). Ainda se observou nesses estudos a utilização e softwares como suporte para a análise é pouca, pois foram utilizados somente cinco trabalhos que contaram com o apoio dos softwares AMOS 22.0, QualiQuantiSoft, EVOC, Epi Info e Z-Tree.

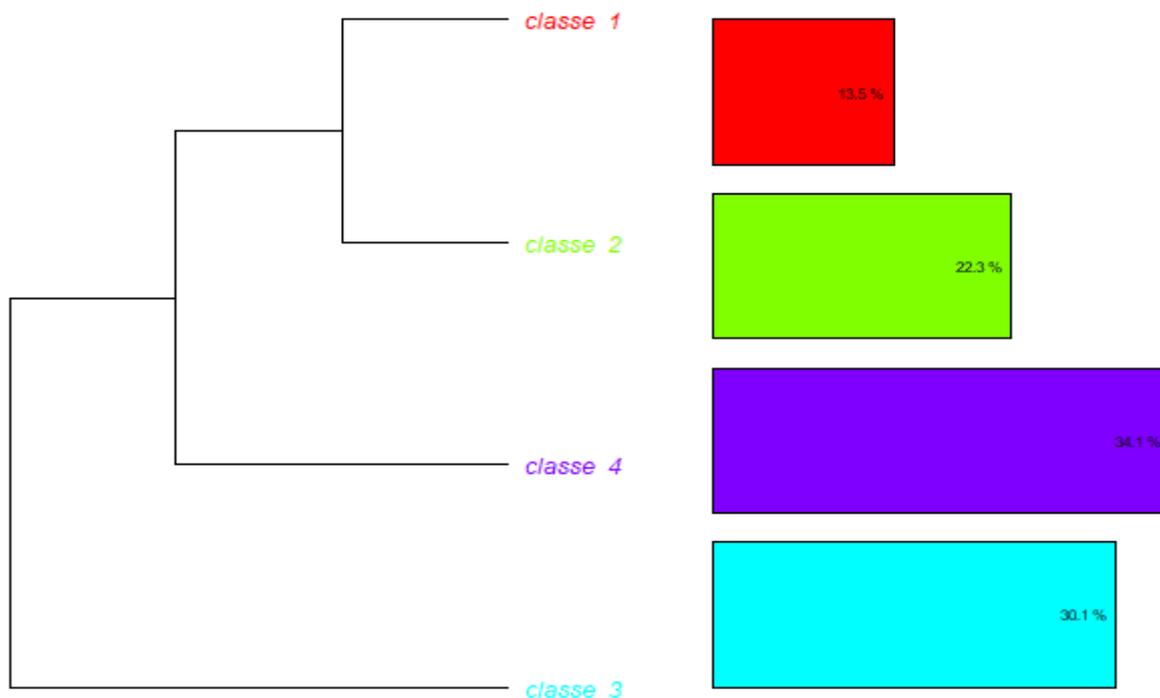
Essa categorização possibilita apontar que os estudos sobre representação política (i) estão concentrados na base Scielo, na área de Ciências Humanas e subárea de Ciência Política (ii) são publicados em PPGs de Sociologia, Ciências Sociais, Direito e na Revista Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política e Lua Nova e (iii) são estudos teóricos e qualitativos realizados por meio de pesquisa bibliográfica, em sua maioria.

4.2. Análise quantitativa de conteúdo dos textos

Por meio da análise quantitativa de conteúdo dos textos, com suporte do *software* IRaMuTeq®, averiguou-se que o *corpus* geral foi constituído por 121 textos, separados em 17.293 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 15.798 STs (82,20%). Emergiram 613.211 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 30.031 palavras distintas e 13.047 com uma única ocorrência.

Com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) observou-se que o conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1, com 1.920 STs (13,51%), Classe 2, com 3.165 STs (22,27%), Classe 3, com 4.277 STs (30,09%), e Classe 4, com 4.853 STs (34,14%). Percebeu-se que as quatro classes são organizadas em três ramificações (A, B e C) do *corpus* analisado (FIGURA 1).

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente

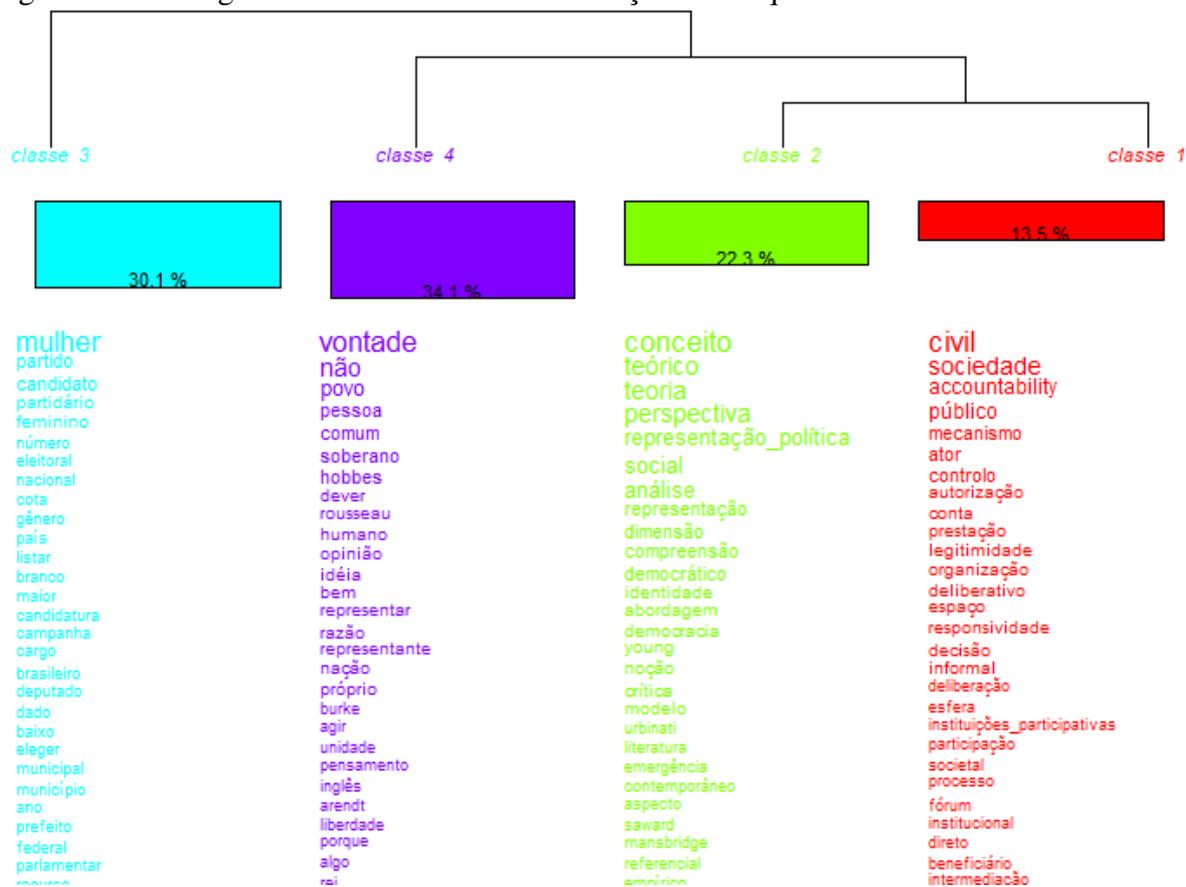


Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq®.

No *subcorpus* A, composto pela Classe 3 (Representação Política Feminina), discute-se a magnitude eleitoral, candidatura feminina, cotas partidárias, paridade e tipos de partido. Já no *subcorpus* B, composto pela Classe 4 (Elementos da Representação Política), aborda-se poder e representação, vontade e bem comum. E no *subcorpus* C, composto pelas Classes 1 (Representação Política na prática) e 2 (Compreendendo a Representação Política), trata-se sobre (i) a Representação Política na prática, a partir das diferentes formas de representação, mecanismos de controle dos representantes e espaços que possibilitam a interação entre diferentes atores e (ii) a compreensão da Representação Política a partir de seu conceito e das diferentes áreas em que o tema é abordado, respectivamente.

O dendograma de palavras (FRIGURA 2), elaborado com base no teste Qui-Quadrado (X^2), da Classificação Hierárquica Descendente é outra forma de demonstrar a organização das classes formadas, sendo expostas as palavras que mais se associam a cada classe.

Figura 2 – Dendograma de Palavras da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Dados da pesquisa organizados com suporte do software IRaMuTeq®.

Na Classe 01, denominada “Representação Política na prática”, percebeu-se um esforço em discutir a Representação Política na prática a partir das diferentes formas de representação, mecanismos de controle dos representantes e espaços que possibilitam a interação entre diferentes atores. A influência da prática da representação política na elaboração de políticas públicas, também é enfatizada. Nessa classe, aborda-se sobre as experiências de representação política a partir dos fundamentos da autorização, *accountability* e responsividade.

Os atores representantes, apesar de receberem autorização para tomar decisões em nome dos representados, são afetados pelo controle praticado pela sociedade civil que exerce pressão por meio de diferentes agências de controle. Contexto em que é evidenciada a necessidade de mecanismos formais e estáveis para regular a relação entre representantes e representados. Destaca-se que a *accountability* pode ser citada como um exemplo desse tipo de mecanismo. Há outras formas de controle, como a sanção simbólica sobre determinados representantes que não agem em conformidade com os interesses dos representados, ocasionando em perda de credibilidade perante determinado público. E ainda os dispositivos de prestação de contas societal, pró-horizontal ou pró-vertical, que possibilitam a mobilização da sociedade civil por meio de agências horizontais de controle.

Sobre as experiências de representação política, observa-se uma nova modalidade possibilitada pela participação direta e realizada em espaços institucionais legais de discussão e deliberação de políticas públicas. Evidencia-se: (i) a influência dos diferentes arranjos institucionalizados de participação e representação de atores da sociedade civil no processo de elaboração e implementação de políticas públicas; (ii) as formas diferenciadas de definição de representantes, a exemplo da autorização e reconhecimento concedidos pelos representados; e (iii) os espaços híbridos de formulação de políticas públicas em que se percebe

a presença de atores com interesses diferenciados.

Na Classe 2, intitulada “Compreendendo a Representação Política”, discute-se sobre a compreensão da representação política a partir de seu conceito e das diferentes áreas em que o tema é abordado. Percebe-se que as relações sociais são a base para a construção dos modelos teóricos de representação política. Trata-se de um conceito em construção. As diferentes formas de interpretar essa representação, e em contextos diferenciados, torna possível a identificação de novas interpretações, a exemplo do entendimento originado da visão mais relacional entre participação e representação. Enfatiza-se que, diferente do modelo tradicional de representação política, na contemporaneidade, discutir tal relação é necessário.

Ainda se destaca a importância de compreender a trajetória histórica desse conceito e como as diferentes formulações teóricas adotadas influenciam as formas de atuação dos representantes. E observa-se, em função da complexidade da investigação considerando objeto e unidade de análise, o entendimento de que a forma mais adequada para discutir a representação política é a partir de uma perspectiva interdisciplinar que reúna elementos teóricos e metodológicos de diferentes áreas do conhecimento.

Em alguns contextos, os modelos formalistas de representação política são insuficientes, como ocorre nos casos de representação feminina na política. Assim entende-se que novos modelos, como a representação descritiva, são necessários para facilitar a compreensão entre representantes e representados nesse espaço específico. Trata-se de uma abordagem normativa em que as características sociais dos representantes têm valor normativo e o entendimento da representação é alcançado por meio de semelhança entre representantes e representados.

Sabe-se que a compreensão sobre representação política facilita o desenvolvimento de discussões sobre democracia, em que pese a ênfase dada à política e participação popular. Dentre as formas diferenciadas de debater esse tema tem-se a Teoria das Relações Intergrupos, na qual os conceitos de grupo e identidade são centrais para compreender o objeto “representação política” a partir de uma análise microssocial.

Na Classe 3, nomeada “Representação Política Feminina”, aborda-se sobre esse tema a partir de questões relacionadas à magnitude eleitoral, à candidatura feminina, às cotas partidárias, à paridade e aos tipos de partido.

Sobre a candidatura feminina, percebe-se a preocupação com o número de mulheres candidatas. Uma alternativa seria criar uma lista própria de candidatas femininas. Entretanto, essa alternativa só seria efetiva se os partidos maiores selecionassem candidatas femininas, melhorando a representação parlamentar. Fica evidente, dessa forma, a influência dos partidos na representação política feminina, uma vez que esses podem tomar iniciativas de apoio e mobilização das candidatas femininas, atuar como instrumento de pressão e ainda como instrumento de mobilização das mulheres nas campanhas majoritárias do partido.

Em relação à magnitude eleitoral, entende-se a relação direta com as candidaturas femininas, uma vez que uma magnitude maior promoveria maior número de candidaturas femininas o que, conseqüentemente, possibilitaria um maior número de mulheres eleitas. Observa-se que a chance de uma mulher ser eleita é influenciada pela magnitude dos partidos e pelo grau de fragmentação partidária.

Em função da pequena magnitude eleitoral e do baixo número de mulheres eleitas, discute-se sobre a criação de cotas partidárias. O objetivo é, a partir de uma decisão individual de um partido ou uma lei, regular a seleção de candidatas do sexo feminino para aumentar a representação das mulheres. Entretanto, essa alternativa só será viável se algumas características do contexto partidário forem alteradas como, por exemplo, o sistema partidário descentralizado e a cultura política individualista.

Na Classe 4, denominada “Elementos da Representação Política”, aborda-se sobre poder e representação, vontade e bem comum para compreender a composição e funcionamento dessa representação. No que tange ao poder e à representação, percebe-se a preocupação em

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho discutiu-se sobre a relação que o Estado tende a estabelecer com diferentes contextos, enfatizando-se uma forma específica de concentração de empresas, os APLs. Esse debate soma esforços aos estudos já empreendidos nos quais destacam-se as diferentes perspectivas para tratar das transformações da representação política tanto do ponto de vista das instituições tradicionais quanto das novas instituições e práticas dessa representação.

Para identificar a abordagem mais apropriada para o contexto dos APLs, foi necessário delimitar o contexto em que ocorre a representação. Entendeu-se que em um APL, assim como nas demais concentrações ou aglomerações de empresas, podem ser identificadas diferentes possibilidades de representação. No contexto brasileiro essa situação é reforçada, uma vez que além das empresas têm-se também a presença das entidades, aqui entendidas como as diferentes organizações que têm a função de apoiar as empresas no desenvolvimento de suas atividades.

Pôde-se apontar duas formas de representação: representação no APL, que se refere à representação dos grupos de atores denominada como representação corporativa, no sentido de representação de organizações ou corporações, que ocorre dentro do APL; e a representação do APL, envolvendo todos os grupos de atores nele presentes, que ocorre no contexto externo ao APL conectando-o ao Estado, a partir do contato estabelecido com as diferentes organizações públicas. Como o foco foi a representação que ocorre no contexto externo ao APL, entendeu-se que a teoria da representação política possibilitaria tal compreensão.

Para compreender a representação política de APLs empreendeu-se uma RSI, com suporte do *software* IRaMuTeq[®], que possibilitou a construção do referencial teórico e a identificação das categorias e subcategorias de análise. Essa técnica foi muito útil, uma vez que conferiu rigor a trabalho empreendido em função da adoção de um protocolo para a investigação. Da mesma forma, a utilização do referido *software* para a análise dos textos possibilitou sistematizar o estudo. Além dessas contribuições, é importante destacar que as escolhas metodológicas possibilitaram a identificação de textos com ricas discussões sobre a temática, o que proporcionou a compreensão necessária sobre o fenômeno em análise.

Com a realização desse estudo foi possível compreender as condições necessárias para a adoção da teoria da representação política, principalmente pelo entendimento quanto tipo de ator que pode exercer o papel de representante político no contexto dos APLs. Nesse tipo de representação, há necessidade de existência de um ator autorizado pelo Estado. Assim, as discussões sobre representação política podem ser realizadas a partir de investigações sobre a atuação dos conselhos gestores de políticas públicas nos APLs.

Com base nos estudos analisados, percebeu-se que os estudos sobre representação política (i) estão concentrados na base Scielo, na área de Ciências Humanas e subárea de Ciência Política (ii) são publicados em PPGs de Sociologia, Ciências Sociais, Direito e na Revista Brasileira de Ciências Sociais e Revista de Sociologia e Política e Lua Nova e (iii) são estudos teóricos e qualitativos realizados por meio de pesquisa bibliográfica, em sua maioria.

Logo, como sugestão para estudos futuros sugere-se a elaboração de um instrumento de coleta de dados, qualitativo ou quantitativo, com base nas categorias e subcategorias de análise propostas, para aplicação nos conselhos gestores de políticas públicas pertencentes a APLs.

REFERÊNCIAS

ACHEN, C. H. Measuring Representation. **American Journal of Political Science**, v. 22, n. 3, p. 475–510, 1978.

ALMEIDA, D. C. R. Representação Política: a virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 33, n. 97, p. 1–20, jun., 2018.

ALMEIDA, D. R. A relação contingente entre representação e legitimidade democrática sob a perspectiva da sociedade civil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 28, n. 82, p. 45–67, jun., 2013.

ALMEIDA, D. R. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 96–117, jun., 2014.

ALMEIDA, R. F. de; ALBINO, A. A. Percepção dos empresários sobre governança e desenvolvimento dos APLs de móveis e de confecções de Ubá-MG e região. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA*, 6, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2011. p. 1-17.

ANTERO, C. A. S. **Interação dos atores em um arranjo produtivo local sob a abordagem da governança aplicada por meio de um modelo bidimensional de análise**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

ANTERO, C. A. S.; EMMENDOERFER, M. L. Análise da política pública de apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais de Minas Gerais. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 42, 2018, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR, 2018. p. 1-18.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 50, n. 3, p. 443–464, 2007.

AYDALOT, P. **Milieux Innovateurs en Europa**. Paris: GREMI, 1986.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BECATTINI, G. O. Distrito Marshalliano: Uma noção socioeconômica. *In: BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.). As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994. p. 45–58.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Portaria Interministerial nº 200, de 02 de agosto de 2004**. Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/biblioteca/Portaria_Interministerial_numero_200_2004_MDIC.html. Acesso em: 20 out. 2017.

BROWN, M. B. Survey article: citizen panels and the conception of representation. **The Journal of Political Philosophy**, v. 14, n. 2, p. 203–225, 2006.

CALLAHAN, K. **Elements of effective governance**: measurement, accountability and participation. New Jersey: Taylor & Francis, 2006.

CASTIGLIONE, D.; WARREN, M. E. Rethinking democratic representation: eight theoretical issues. *In*: RETHINKING DEMOCRATIC REPRESENTATION, 1, 2006, Vancouver, Canadá. **Paper...** Vancouver, Canadá, Centre for the Study of Democratic Institutions of University of British Columbia. 2006. p. 1-20.

CASTRO, M. DE; GONÇALVES, S. A. Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná. **Revista da Administração Contemporânea**, v. 48, n. 5, p. 1281–1304, 2014.

CONSONI, D. P. G. **Competências Empreendedoras**: estudo de caso em uma organização de ensino intensiva em conhecimento. 2016. 256 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50, n. 215, p. 304–328, 2015.

DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. Discursive representation. **American Political Science Review**, v. 102, n. 4, p. 481–493, 2008.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, SP, v. 84, p. 353–364, 2011.

GARONE, L. F.; MAFFIOLI, A.; NEGRI, J. A.; RODRIGUEZ, C. M.; VÁZQUEZ-BARÉ, G. Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: evidence from Brazil. **Small Business Economics**, v. 44, n. 4, p. 925–948, 2015.

HOBBS, T. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**, 1651. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores).

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic Literature reviews in software engineering**. 2007. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.117.471>. Acesso em: 28 set. 2017.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. nov. 2003. Disponível em: www.redesist.ie.ufrj.br. Acesso em: 24 mai. 2013.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 21, n. 60, p. 45–67, fev., 2006.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, SP, n. 1987, p. 139–170, 2007.

MANIN, B. **The principles of representative government**. New York: Cambridge University Press, 1997.

- MANSBRIDGE, J. Rethinking Representation. **The American Political Science Review**, v. 97, n. 4, p. 515–528, 2003.
- MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MIGUEL, L. F. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova**, São Paulo, SP, v. 84, p. 353–364, 2011.
- MIGUEL, L. F. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia Política**, v. 25, p. 25–38, 2005.
- MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 123–193, fev., 2003.
- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? **Novos Estudos**, v. 31, p. 25–40, 1991.
- OTERO-FELIPE, P.; RODRIGUEZ-ZEPEDA, J. A. Measuring representation in Latin America : a study of the ideological congruence between parties and Voters. *In*: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 106, 2010, Washington DC, **Anais...** Washington DC: 2010, p. 1–40.
- PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. Effects of public opinion on policy. **The American Political Science Review**, v. 77, n. 1, p. 175–190, 1983.
- PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Califórnia: University of California Press, 1967.
- PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, v. 67, p. 15-47, 2006.
- PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition**. Cambridge: Havard, 1998. p. 79-90.
- POWELL, G. B. The chain of Responsiveness. **Journal of Democracy**, v. 15, n. 4, p. 91–105, 2004.
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. **Democracy, accountability, and representation**. New York: Cambridge University Press, 1999.
- RATINAUD, P. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org>>. Acesso em: 21 dez. 2018.
- RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de la méthode ALCESTE aux « gros » corpus et stabilité des « mondes lexicaux »: analyse du « CableGate » avec IRAMUTEQ. **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**, p. 835–844, 2012.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. DE. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 1, p. 117–139, mar., 2011.

ROSANVALLON, P. **La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad, proximidad**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2009.

SAWARD, M. Authorisation and Authenticity: Representation and the Unelected. **The Journal of Political Philosophy**, v. 17, n. 1, p. 1–22, 2009.

SAWARD, M. The Representative Claim. **Contemporary Political Theory**, v. 5, n. 3, p. 297–318, 2006.

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio EFE**, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SILVA, E. M. DA. **As ressignificações da representação e da legitimidade política: um estudo sobre representantes no CEDCA-MG**. 2013. 1-276 f. Tese (Doutorado em **Ciência Política**) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2013.

SOUZA, S. M. **A representação política e a prática do orçamento participativo: uma análise psicossociológica**. 2004. 285 f. Tese (Doutorado em **Sociologia**) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2004.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J., GARCIA, R.; SAMPAIO, S. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33, 2003, Porto Seguro, BA. **Anais...** Porto Seguro, BA, 2003, p. 1-29.

TEIXEIRA, L. R. **Legislativos municipais: tensões entre representação e participação**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2016.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, SP, v. 67, n. 7, p. 191–228, 2006.

URBINATI, N.; WARREN, M. E. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 387–412, 2008.

WEISBAND, E.; EBRAHIM, A. Introduction: Forging Global Accountabilities. **Global Accountabilities: Participation, Pluralism and Public Ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, SP, v. 67, n. 7, p. 139–190, 2000.

ZAMBRANA, A. A.; TEIXEIRA, R. M. Governança e suas implicações na promoção da cooperação em APLs: evidências em Sergipe. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, SP, v. 12, n. 23, p. 1–41, jan./jun., 2016.